

# **“Quando dizer é fazer”: a dimensão generificada do discurso historiográfico**

Natanael de Freitas Silva

Submetido em 28 de julho de 2016.

Aceito para publicação em 04 de setembro de 2017.

*Cadernos do IL*, Porto Alegre, n.º 54, outubro de 2017. p. 126-141

---

## **POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL**

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
  - (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
  - (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
  - (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.
- 

## **POLÍTICA DE ACESSO LIVRE**

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>  
Segunda-feira, 23 de outubro de 2017  
20:59:59

# “QUANDO DIZER É FAZER”: A DIMENSÃO GENERIFICADA DO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO

## “HOW TO DO THINGS WITH WORDS” THE GENDERED DIMENSION OF HISTORIOGRAPHICAL SPEECH

Natanael de Freitas Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, focalizo a dimensão generificada do discurso historiográfico. Parto do pressuposto que estamos no rio da História e, portanto, como diz Daniel Welzer-Lang (2004:112) é fundamental que os estudiosos atentem para a própria experiência de gênero e sexualidade. Inicialmente, comento algumas das contribuições da teoria dos atos de fala de John Austin. Em seguida, enfatizo a questão lançada por Nelly Richard e que norteia este texto: afinal, a escrita tem sexo? Por fim, discuto o caráter performativo da linguagem a partir da concepção de Judith Butler e Beatriz Preciado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso; linguagem; gênero; performance.

**ABSTRACT:** In this article, I focus on the gendered dimension of historiographical discourse. I assume that as humans beings, we are in the river of History and, therefore, as says Daniel Welzer-Lang (2004:112) it is essential that scholars look to their own experience of gender and sexuality. Initially, I comment on some of the contributions of the theory of speech acts John Austin. Next, I emphasize the issue launched by Nelly Richard and that guides this text: after all, writing has sex? Finally, I discuss the performative character of language from the conception of Judith Butler and Beatriz Preciado.

**KEYWORDS:** Speech; language; gender; performance.

### 1. “Quando dizer é fazer”

Segundo Foucault (2006, p.278), a função do autor é “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade”. Assim sendo, Austin pode ser considerado um “instaurador de discursividade”, pois, a partir da sua teoria de atos de fala, inaugurou outra perspectiva filosófica em torno da linguagem na primeira metade do século XX. Propôs-se pensá-la não mais como uma representação do “real”, como predominou na tradição britânica da filosofia analítica protagonizada por nomes como G. E. Moore, B. Russel e L. Wittgenstein (PERUZZO JÚNIOR, 2011), mas substituindo a noção de representação por significado.

De modo geral, sua teoria pode ser resumida em dois pontos: primeiramente, “a linguagem não deve ser considerada em abstrato, em sua estrutura formal apenas, mas sempre em relação a uma situação em que faz sentido o uso de tal expressão” (AUSTIN,

---

<sup>1</sup> Mestre e Licenciado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPHR/UFRRJ. E-mail: natanaelfreitass@gmail.com

1990, p.10); em segundo lugar, a linguagem quanto objeto de investigação não deve ser reduzida a uma mera análise gramatical do texto. Assim, entendo que é preciso investigar também o contexto histórico, social e cultural de sua produção, sua circulação, seus valores, paradigmas assim como quem o fala e quais os valores e os pressupostos epistemológicos do sujeito de sua enunciação (ALBUQUERQUE JR., 2011). Deste modo, “não há mais uma separação radical entre ‘linguagem’ e ‘mundo’, porque o que consideramos a ‘realidade’ é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos” (AUSTIN, 1990, p.10).

Danilo Filho, na introdução de *Quando dizer é fazer*, frisa que uma das inovações de Austin é a concepção de que “a linguagem deve ser tratada essencialmente como uma forma de *ação* e não de *representação* da realidade” (AUSTIN, 2009, p.11). Percebe-se que a linguagem é uma prática social concreta e, portanto, possível e passível de investigação, pois é através dela que os indivíduos se relacionam e criam sua visão da realidade (SCOTT, 1990; HARAWAY, 1995). Ou seja, a linguagem organiza, estrutura, conecta e produz sentidos a um conjunto disperso de objetos e práticas sociais (REIS et al., 2017, p.211).

Outra noção marcante de sua teoria são os enunciados performativos, que não seriam nem verdadeiros nem falsos, mas cujo proferimento – dependendo dos jogos de linguagens em que estão inseridos – realiza uma *ação*. Expressões como “eu batizo”, “eu aceito”, “eu prometo” etc., (AUSTIN, 1990, p.24) seriam exemplos de sentenças que, ao serem proferidas, realizam atos. Além disso, Austin (1990) propõe que esses enunciados dependam de uma determinada concepção de força que ele desdobra em três níveis e/ou atos: ato locucionário (realização do ato de dizer algo); ato ilocucionário (realização de um ato ao dizer algo); e ato perlocucionário (realização de um efeito sobre o interlocutor).

Esse me parece ser um dos pontos relevantes dos quais algumas teóricas dos estudos feministas, como Judith Butler e Beatriz Preciado, vão se apropriar para pensar como a linguagem atua na produção do sujeito de gênero. Entretanto, não pretendo (re)fazer o percurso crítico da teoria de Austin (FREITAS; SAUTTER, 2009; PINTO, 2002), a minha intenção é localizar algumas ressonâncias e apropriações de suas reflexões para pensar a dimensão performática e generificada da linguagem a partir da questão proposta por Nelly Richard (2002, p.127): afinal, “a escrita tem sexo?”.

## 2. Gênero e Escrita

Nelly Richard começa o seu texto descrevendo um encontro de mulheres escritoras e críticas chilenas ocorrido em 1987, o primeiro *Congresso Internacional de Literatura Feminina Latino-Americana*, “que se tornou o evento literário mais importante sob a ditadura” com ponderações em torno dos temas “mulher, escrita e poder”, sem contar com nenhum apoio institucional na época, inclusive acadêmico (RICHARD, 2002, p.127). Nas palavras de Nelly Richard (2002, p.127), tal evento significou “à reconquista de uma palavra que tinha sido confiscada, tanto pela autoridade literária da tradição oficial como pelo enquadramento repressivo da ditadura”. As questões levantadas nesse encontro, segundo a autora, foram produzidas sob uma “dupla enunciação: a da violência e da censura política do Chile da ditadura” (2002, p.127). Por conseguinte, Richard apresenta como tópico de sua reflexão a ideia de que “a marca do gênero sexual [é um] local de desafio e questionamento das

hegemonias discursivas” (2002, p.127). É a partir dessa premissa que ela vai defender que a escrita feminina representa uma resistência ao discurso hegemônico instituído. Porém, me pergunto: seria essa escrita sinônimo de mulher? Existe uma correspondência entre o ‘ser mulher’ e ‘escrita feminina’?

Como um dos efeitos propositivos desse encontro, Richard destaca uma conscientização entre as escritoras chilenas “de quais são as precariedades e as ambiguidades de inscrição que afetam a literatura das mulheres, dentro do marco da institucionalidade literária e do mercado editorial” (2002, p.128). Assim, se evidenciou como

a tradição da literatura e seu cânone tendem a omitir, ou marginalizar, a produção feminina, com exceção de duas situações: quando a recuperam sob o subterfúgio paternalista do falso reconhecimento e, também, quando o mercado promove essa literatura como simulacro de uma “diferença”, exaltada pela feira do consumo para multiplicar – de mono banal – a “diferenciação” de seus produtos (RICHARD, 2002, p.128).

À vista disso, Richard salienta que, apesar de uma maior

difusão sociocultural do tema “literatura das mulheres”, fica pendente averiguar se a articulação teórico-feminista da relação mulher-cultura” foi capaz de alterar as “suposições e disposições de leitura da crítica literária estabelecida (RICHARD, 2002, p.128).

Assim, a autora retoma algumas questões levantadas no *Congresso* em torno da “especificidade e da diferença do ‘feminino’ e aponta algumas discussões em volta da marca de sexo e de gênero na escrita e, especificamente, na literatura de mulheres” (RICHARD, 2002, p.128). Desta maneira e parafraseando a autora, posso indagar: a escrita tem sexo? Se sim, como identificá-lo? Quais as suas marcas? Em que consiste uma suposta escrita feminina? Como identificá-la? A autoria feminina seria um critério classificatório? Que marcas linguísticas, temas, motivos alicerçam a escrita feminina?

Inspirada em Lyotard (1977), Richard argumenta que a linguagem não é neutra, como defenderam algumas escritoras mulheres ao dizerem que só existe “boa ou má literatura, ou então, que a linguagem não tem sexo” (2002, p.131). Com efeito, essa suposta neutralidade da linguagem é vista com suspeição, “pois o neutro na língua, sua aparente indiferença às diferenças, camufla o operativo de ter universalizado, à força, as marcas do masculino, para convertê-lo, assim, em representante absoluto do gênero humano” (2002, p.131). Richard considera o masculino e o feminino como “forças relacionais que interagem como partes de um sistema de identidades e poder, que as conjuga tensionalmente” (2002, p.132), logo, considero que devemos questionar as assimetrias do poder simbólico que atua em favor de uma masculinização da cultura. Pois como já disse Foucault (1979, p. xxi), “não há saber neutro, todo saber é político”. Todavia, é preciso discutir: que política é essa? Ela reforça o que está posto ou questiona e denuncia os jogos de poder, as exclusões e violências heterossexistas que se dão não só no âmbito físico, mas também no uso da linguagem?

Richard se inspira na proposição da escritora argentina Josefina Ludmer (1990), para quem “a escrita feminina não existe como categoria, porque toda escrita é assexuada, bissexual, unissexual” (RICHARD, 2002, p.132), aludindo a uma subjetividade criativa. Tal subjetividade

combina várias marcas de identidade em um processo flutuante de significação, desordenando os pertencimentos de gênero, sendo a escrita aquela região na qual se ampliam e se diversificam os traçados de subjetivação e identificação simbólica. [Logo] voltar a enquadrar a

linguagem na chave monossexual- masculino ou feminino- seria restringir o potencial transbólico (transgenérico) da criação, como fluxo e transbordamento da identidade e do sentido (RICHARD, 2002, p.132).

Em diálogo com Julia Kristeva (1974) – para quem “a escrita coloca em funcionamento o cruzamento interdialético de várias forças de subjetivação” (RICHARD, 2002, p.132) –, Richard apresenta o masculino e o feminino como duas forças opostas: “*força racionante-conceitualizante* (masculina) que simboliza a instituição do signo e garante o pacto sociocomunicativo e a *força semiótico-pulsátil* (feminina) que excede a finitude da palavra com sua energia transverbal” (RICHARD, 2002, p. 132-3). Para a autora,

ambas as forças atuam, conjuntamente, em cada processo de subjetivação criativa, e o predomínio de uma força sobre a outra é que polariza a escrita seja em termos masculinos (quando se impõe a norma estabilizante), seja em termos femininos (quando prevalece a vertigem desestruturadora). [Logo], certas experiências-limite da escrita, [...] desatam, dentro da linguagem, a pulsão heterogênea do semiótico-feminino, que arreventa o signo e transgride a clusura paterna das significações monológicas, abrindo a palavra a uma multiplicidade de fluxos contraditórios que dão ritmo à ruptura sintática (RICHARD, 2002, p.133).

Porém, ela reconhece que a “relação entre mulher e transgressão não está nunca garantida a priori” (RICHARD, 2002, p.134). A estudiosa nega uma coerência entre o determinante biológico (ser mulher) e identidade cultural (escrever como mulher). Por isso, ao longo de sua reflexão, ela defende a ideia das marcas do feminino como uma espécie de escrita que desestabiliza o discurso hegemônico, androcêntrico, rachando os sentidos das palavras, como sugere Albuquerque Júnior (2015), produzindo fluxos, rupturas e mudanças. Nas palavras da autora,

qualquer escrita, pronta para alterar as pautas da discursividade masculina/hegemônica, compartilharia o “devir-minoritário” (Deleuze-Guattari) de um feminino que opera como paradigma de desterritorialização dos regimes de poder e captura da identidade, normatizada e centralizada pela cultura oficial (RICHARD, 2002, p.133).

Juliana Leal (2006) sublinha que, no pensamento de Nelly Richard, há dois percursos teóricos distintos. Inicialmente, Richard “considera importante identificar um marco textual específico, influenciado e determinado pelas diferenças genérico-sexuais” (LEAL, 2006, p.3), propondo assim uma tática de *feminização da escrita* que se traduza em desestabilizar o discurso majoritário (masculino e heterocêntrico) que se pretende neutro, objetivo e universal. A partir disso, Leal (2006, p.3) aponta que Richard reconhece “que no jogo de representações textuais está presente uma força, uma pressão que afasta e aproxima as categorias simbólicas das categorias genérico-sexuais”, sinalizando a tensão intersticial entre masculino e feminino ao propor o que denomina de *travessia simbólica* da escrita. Assim, Richard pergunta:

podemos falar, tão separadamente, de escrita masculina e de escrita feminina, se a linguagem criativa, a textualidade poética são espaços de deslocamentos e transferências do ‘eu’, que excedem o realismo biográfico-sexual do ser ‘homem ou ‘mulher, para remodelar, incessantemente, as fronteiras da subjetividade cultural? (RICHARD, 2002, p.132).

Esse duplo percurso teórico de Nelly Richard evidencia a historicidade do seu texto – escrito em fins dos anos 1980 – e o premente debate, como ela mesma vai

ênfatizar, “do feminismo com a psicanálise e a desconstrução [que] levaram as categorias ‘mulher’, ‘sexo’ e ‘gênero’ a experimentar múltiplas dissociações de significado” (RICHARD, 2002, p.156). O descentramento da noção de sujeito (RAGO, 1998) e, subsequentemente, das categorias binárias acirrou o debate entre os defensores de uma noção de sujeito centrado, estável e fechado como princípio de uma política de identidade, e os partidários da diferença, que entendiam a identidade como um devir, um processo em aberto e em permanente construção. Como observa Stuart Hall, a identidade na pós-modernidade é uma “celebração móvel”

formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2001, p.13).

Segundo Miriam Grossi (2004, p.5), “para a corrente pós-estruturalista, o gênero se constitui pela linguagem, por aquilo que muitas autoras definem [como] discurso”. Joan Scott (1994, p.13), por exemplo, defende que o saber e o discurso “é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social mas é inseparável dela”. Isto é, o gênero como categoria expressa e denomina significados para as diferenças e hierarquias entre homens e mulheres. Para a autora, “a linguagem não designa somente as palavras, mas os sistemas de significação – as ordens simbólicas – que antecedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita” (Scott, 1990, p.11). É preciso esclarecer o que Foucault define como discurso, pois tal concepção atravessa os trabalhos de Butler (2013), Scott (1990) e Preciado (2014) e o presente texto. Assim, em Foucault (1988, p.111), o discurso é entendido “como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. [...] Mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes”. Neste caso, o que se busca a partir de uma análise do discurso é recompor a trama de sua produção e as regras que incidem em

coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra (FOUCAULT, 1988, p.111).

Para Stuart Hall (2001, p.41) “as palavras são ‘multimoduladas’. Elas sempre carregam ecos de outros significados que elas colocam em movimento, apesar de nossos melhores esforços para cerrar o significado”. Na mesma esteira, Joan Scott (1990, p.19) afirma que as categorias *homem* e *mulher* são “ao mesmo tempo [...] vazias e transbordantes, pois que, quando parecem fixadas, elas recebem, apesar de tudo, definições alternativas, negadas ou reprimidas”. A autora implode assim toda fixidez das noções de homem e mulher e sublinha o caráter relacional e instável do que histórica e socialmente é atribuído como inerente aos campos masculino e feminino. Tal movimento abriu e abre caminhos para analisarmos as experiências gays, lésbicas e trans<sup>2</sup> que provocam rupturas na suposta coerência entre sexo-gênero-desejo.

Richard (2002) flerta com a perspectiva pós-estruturalista; porém, ainda mantém uma certa concepção de que a escrita feminina em sua maioria é uma prática inerente às mulheres, ou, pelo menos, protagonizada por elas. A estudiosa chega a reconhecer as marcas de uma escrita feminina em autores chilenos que escreveram durante a ditadura, como Juan Luís Martínez, Raúl Zurita, Gonzalo Muñoz e Diego Maquieira. Com suas

<sup>2</sup> Sobre a experiência de uma escrita transgênero ver: LOPES (2017).

práticas de escrita poética, esses escritores “carnavalizaram o ‘eu’ da história, com paródias transexuais de papéis masculinos e femininos, que se alternam na voz da montagem do poeta, que se tornou voz do lumpen, da prostituta, do travesti, do guerrilheiro ou da santa” (RICHARD, 2002, p.135).

Antonio da Silva (2010) apresenta uma visão semelhante, para o autor, a diferença na escrita feminina é o fato de a mesma ser exercida por mulheres e ter como marca fundante “o universo da esfera privada, seja do lar ou do corpo, e a linguagem desse universo, a oralidade, os monólogos [e] os diálogos banais” (SILVA, 2010, p.34). Para o autor:

as experiências de vida das mulheres que escrevem constituem o alimento diário das narrativas, dos poemas, das peças dramáticas, dos filmes e de outros gêneros, veículos, suportes e sintaxes que representam ou plasmam o universo das mulheres nos vários contextos sociais e culturais (SILVA, 2010, p.37).

Em seu texto *Feminizar é preciso* (RAGO, 2001), a historiadora Margareth Rago defende que é preciso estimular uma cultura filógina, ou seja, amiga das mulheres, ao invés de misógina, não impondo uma vaginocracia no lugar da falocracia. Rago (2001) sugere um pensamento diferencial, uma maior sensibilidade em relação ao(s) feminino(s), a partir do que ela denomina de *feminização da escrita*. Ela aponta que a entrada maciça das mulheres no campo universitário entre os anos 1960-1980, não só como estudantes, mas como produtoras de conhecimento: a) provocou uma “feminização do espaço acadêmico” (RAGO, 1998); b) desestabilizou uma produção científica masculina; c) reivindicou o lugar das mulheres na História; d) demandou novos temas – como a história da vida privada, do amor, da prostituição, da família-, e novas abordagens – como a categoria de gênero; enfim, ganhou visibilidade no relato histórico. Além da inclusão das mulheres no discurso historiográfico, tal movimento se tratava

de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina (RAGO, 1998, p.92).

Rago (1995 e 2014) aponta que, entre os anos 1970 e 1980, devido ao que ela chama de “efeito Foucault na historiografia”, ocorreu uma mudança na percepção das categorias de sujeito e, conseqüentemente, na produção das identidades. Para Foucault, conforme Rago (1998, p.91), “a identidade é outra das grades que nos encerra”. Para o filósofo, o sujeito centrado, estável e essencializado é uma ficção, é um efeito de táticas, de práticas e de estratégias de uma complexa trama discursiva impetrada pela sociedade burguesa no século XIX. Em consequência, foram as feministas – seguidas pelos movimentos gay e negro –, quem protagonizaram a crítica à “figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade” (RAGO, 1998, p.91).

O que Foucault instaurou no campo historiográfico é a historicidade das identidades, pois, para ele, “o indivíduo é uma produção do poder e do saber” (FOUCAULT, 1979, p.xix). Como sublinha Rago (1998, p.91), “trata-se de perceber que as subjetividades são históricas e não naturais, que os sujeitos estão nos pontos de chegada e não de partida como acreditávamos então”. Outro ponto evocado por Albuquerque Júnior (2004) sobre a escrita da história é que ela se constitui “na elaboração de um discurso que, como qualquer outro, não está permanentemente

submetida ao poder, nem oposto a ele” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004, p.90), mas participa dos jogos, do regime de verdade estabelecido numa dada sociedade. Nas palavras de Foucault:

é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta (FOUCAULT, 1988, p.111-112).

Nesse sentido, compreendo que uma escrita identificada como feminina atua como um ponto/modo/estratégia de resistência ao discurso hegemônico. Para concluir este tópico, destaco a proposição de Richard em defender um “essencialismo operacional”<sup>3</sup>, como sugere Spivak (2010), por entendê-lo

como um recurso que nos autoriza a empregar o signo ‘mulheres’ cada vez que um referente de identidade necessita servir de enlace e conexão solidária, nas lutas contra as desigualdades de gênero (RICHARD, 2002, p.165).

De fato, a autora argumenta que, em um mundo organizado sob uma lógica binária, é preciso demarcar essa diferença entre masculino e feminino como uma tática e/ou estratégia contingencial, constituindo-se numa das formas de tensionar, existir e resistir ao discurso heterocentrado.

### 3. A performatividade da linguagem

Na trilha da desconstrução, Butler (2013) e Preciado (2014) analisam não só como o discurso heterocentrado atua na produção de gêneros inteligíveis, como também questionam os binarismos que organizam nosso sistema de pensamento e forjam a histórica oposição entre natureza e cultura, homem e mulher, heterossexualidade e homossexualidade, cisgeneridade e transexualidade, para além do sistema sexo/gênero proposto por Gayle Rubin (1993 e 2003; MOSCHKOVICH, 2012).

Como um dos principais nomes dos estudos *queer*<sup>4</sup>, em seu *Manifesto contrassexual*, Preciado (2014, p.21) focaliza “uma análise crítica da diferença de gênero e sexo [entendido como] produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas”. Em outras palavras, essa diferença pode ser compreendida como um efeito discursivo que se dá por e através da linguagem e se materializa principalmente nos discursos médicos, que atuam na produção dos corpos dóceis, normalizando e normatizando desejos, afetos e identidades. Porém, pergunto-me: em que medida os nossos discursos no campo das ciências humanas e sociais também atuam na produção de gêneros inteligíveis? Como o nosso uso e apropriação da linguagem pode reafirmar posições hegemônicas e heterossexistas?

Butler (2013) e Preciado (2014) concordam que o processo de atribuição dos indivíduos em menino ou menina antes do nascimento é uma “invocação performativa” (PRECIADO, 2014, p.130), pois o ideal científico e também social “consiste em evitar qualquer ambiguidade fazendo coincidir, se possível, nascimento e atribuição de sexo” (PRECIADO, 2014, p.130). Deste modo, é manifesto como a força ilocucionária desta interpelação atua na produção de gêneros inteligíveis e binários. Ao se apropriar da

<sup>3</sup> Sobre outros usos e críticas a essa noção ver: Vale de Almeida (2009) MISKOLCI (2010).

<sup>4</sup> Sobre a emergência dos estudos *queer* ver: LOURO (2001); MISKOLCI (2009).



teoria de Austin, Butler (2013) sugere que o gênero nada mais é do que “um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser” (BUTLER, 2013, p.59). Com isso, a autora amplifica a nossa compreensão e apreensão histórica das identidades consideradas dissidentes e desviante da heteronorma.

Em Butler, segundo Sara Salih (2013, p.11), “o sujeito não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação. [...] não é um dado, [pois] está sempre envolvido num processo de devir sem fim”. Assim, Butler (2013) põe em dúvida a noção de sujeito e defende que o mesmo é um sujeito-em-processo, um constructo performativo, construído no discurso pelo conjunto estilizado de atos que executa. Pois, “em vez de supor que as identidades são autoevidentes e fixas” (SALIH, 2013, p.21), Butler (2013) desnuda os históricos processos de construção das identidades no interior da linguagem e do discurso. Neste caso, a identidade de gênero é algo que “fazemos”, e não algo que “somos” (SALIH, 2013, p. 67). De maneira ampla, o que Butler (2013) enfatiza é o *gênero* como um *ato* que faz existir (força ilocucionária) aquilo que ele nomeia; por isso, ele é “performativo, constituinte da identidade que pretende ser” (SALIH, 2013, p.91). Como efeito (força perlocucionária), produz corpos-homens e corpos-mulheres, inserindo-os numa matriz de inteligibilidade binária e heterocentrada.

Por fim – e aqui aproximo as autoras –, Butler (2013) e Preciado (2014) sugerem que a concepção do sexo como um elemento pré-discursivo é um efeito, uma ficção fundacional e reguladora do aparato discursivo do sistema heterossexual que consolida e naturaliza uma suposta unidade e coerência do sexo-gênero inserindo-os numa estrutura binária e ocultando o processo de sua produção, o qual institui uma assimétrica relação de poder entre os gêneros forjando uma hierarquia entre “normais” e “anormais”, reificando uma ótica heterossexista. Finalmente, o que essas autoras enfatizam é a complexa trama histórica e sociocultural que atua na subjetivação dos gêneros. Assim, posso afirmar que o discurso com teor histórico similarmente participa deste processo. No mais, cabe indagar se tal discurso questiona, ressignifica e/ou reforça o que está posto em relação aos corpos, aos gêneros e às sexualidades.

#### 4. Saberes localizáveis

Diante do acima exposto, sublinho a necessidade de reconhecermos a dimensão generificada e sexualizada da linguagem, mais especificamente do discurso historiográfico, e das interpretações que produzimos sobre processos/eventos históricos, a partir de uma perspectiva das relações de gênero. Margareth Rago (1998, p.90) destaca que não nos cabe mais desconsiderar a “importância da sexualização do discurso historiográfico”. Inegavelmente, ninguém mais desconsidera, em suas análises, os marcadores de classe e de raça, por exemplo. Porém, ainda encontramos resistências em reconhecer e se apropriar das proposições que a categoria gênero possibilitou e possibilita ao nosso “fazer” historiográfico, evidenciando o que Rago (2006, p.23) também chama de “sexualização da experiência humana no discurso”. Nas palavras da historiadora Maria Izilda Matos,

os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando a descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também

o tempo criador, dinâmico e das inovações, focalizando o relativo, a multiplicidade de durações que convivem entre si urdidas na trama histórica (MATOS, 1998, p.71).

Por este ângulo, para pensar a dimensão política do nosso discurso, não posso deixar de mencionar algumas das considerações do historiador Keith Jenkins<sup>5</sup>. Para o autor, “não existimos num vácuo” (JENKINS, 2001, p.21), ou seja, somos produto e produtores do nosso tempo. Para o autor, a historiografia pode ser entendida como “um constructo linguístico intertextual” (JENKINS, 2001, p.26). Ou melhor, as nossas questões, pressupostos, conceitos, teorias e metodologias são possíveis e passíveis, a partir de históricas condições de possibilidades numa determinada sociedade e numa relação espaço-tempo, pois ninguém produz do nada. Há uma série de “vozes” atravessando o nosso discurso, isto é, estamos inseridos numa complexa trama discursiva que nos permite dizer determinadas coisas em detrimento de outras, pois “o que é possível saber e como é possível saber interagem com o poder” (2001, p.31). Trata-se de um poder que se traduz “no lugar histórico e social de onde [se] fala, [pois é no] lugar institucional onde o saber histórico se produz” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.61). Logo, “para que(m) serve o teu/nosso conhecimento?” é uma questão que não pode ser esquecida.

Ainda em Jenkins (2001, p.40), a percepção de que a história é um “constructo ideológico”, entendendo ideologia como forma de ver o mundo, expressa que a história é reiteradamente reescrita e reordenada pelos indivíduos e/ou grupos sociais que, em diversos níveis, são afetados e se deixam afetar pela dinâmica das relações de poder. Por isso, o autor argumenta que a história é um discurso em litígio, “com diferentes significados para diferentes grupos” (JENKINS, 2001, p.41). Já que para o estudioso o discurso histórico sempre se destina a alguém, incumbe-nos problematizar os usos que são feitos do passado e indagar: qual tipo de discurso se quer elaborar? Um discurso hegemônico, mantenedor da heteronorma, ou um discurso de resistência, que produza clivagens e fraturas nessa imagem idealizada do passado? Inegavelmente, “a história é uma maneira pela qual as pessoas criam, em parte, suas identidades” (JENKINS, 2001, p.42). Por que, então, alguns/as historiadores/as buscam em grande medida construir um discurso linear, contínuo, uniforme sobre o passado, ao invés de evidenciarmos suas rupturas, ambiguidades, animosidades, a simultaneidade, enfim, a complexidade do vivido?

Jenkins (2001) evidencia o quanto da nossa percepção de mundo e da realidade integra, e de certa forma – posso afirmar – engendra e estabelece o nosso discurso historiográfico. Por essa razão, quando vamos ao arquivo, às fontes, levamos conosco nossos valores, “posições e perspectivas ideológicas”, assim como os nossos “pressupostos epistemológicos. Estes nem sempre [...] conscientes” (JENKINS, 2001, p.45). Acrescentam-se ainda as noções pré-concebidas e não problematizadas “sobre a constância, ou não, dos seres humanos” (JENKINS, 2001, p.45) que incidem na reificação do que se denomina recorrentemente de *natureza humana*.

Com efeito, o/a historiador/a vai “gerar hipóteses, formular abstrações e organizar e reorganizar seu material de forma a incluir e excluir” (JENKINS, 2001, p.45). Nesse ponto cabe questionar: o que estamos excluindo de nossas análises? Qual dimensão da experiência humana tem sido silenciada, ocultada em nossos discursos? Ouso dizer que, na sua maioria, o não reconhecimento de que o nosso saber é parcial,

<sup>5</sup> Para ver críticas à sua concepção de história e discurso ver: MALERBA (2011).

limitado, lacunar e, portanto, marcado por nossa visão de mundo, nossos valores, muitas vezes heterossexistas e misóginos, faz-nos ter a ilusão de que estamos contando a “verdade” do acontecido, a totalidade do fato, pois os “historiadores têm ambições, desejam descobrir não apenas o que aconteceu, mas também como e por que aconteceu e o que as coisas significavam e significam” (JENKINS, 2001, p.60).

Com afirma Albuquerque Júnior (2007, p.26), “somos nós que evidenciamos, colocamos em evidencia dado evento ou conjunto de eventos e, no mesmo ato, esquecemos ou jogamos para os bastidores outros tantos acontecimentos”. É preciso reconhecer e não esquecer que o nosso conhecimento é perspectivista, porquanto

as histórias são escritas do ponto de vista dos homens, mergulhados em seu cotidiano, pressentindo que fazem parte de algo mais grandioso, que são peças em uma engrenagem social complexa, problemática, conflitiva, de que só se pode divisar contornos parciais, de que só se pode conhecer verdades interessadas e relativas a tempos, lugares e contextos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.72).

Por fim, Jenkins (2001) propõe uma “historização radical” da produção do discurso histórico, desnudando nossos pressupostos, valores e conceitos, e sugerindo que devamos nos posicionar, tendo a consciência de que a

História é resultado de múltiplos jogos, de inúmeros afrontamentos entre forças e saberes. [Portanto] devemos encarar, pois, a própria luta no campo historiográfico, com um jogo, em que cada texto, cada livro, cada opinião é um lance que se faz em uma partida (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.167;179).

Em relação aos conceitos, me aproprio das palavras do historiador Antoine Prost (2008, p.131), para quem “os conceitos não são coisas; em certos aspectos, são armas. [...] são instrumentos com os quais [...] os historiadores, procuram consolidar a organização da realidade”. Ou seja, são instrumentos de visão e, como aponta Haraway (1995, p.27), “mediam pontos de vista”. O que Prost e Haraway enfatizam é o caráter político de nossas escolhas conceituais. Assim, não basta articular diversos autores de forma instrumental – ainda que essa seja uma opção possível e aceitável para alguns-, pois entendo que os conceitos trazem consigo uma forma de ver, de interpretar a realidade; por isso, não podemos tampouco desconsiderar a sua historicidade, o contexto histórico de sua produção. Jenkins (2014, p.67) sublinha que o discurso histórico “é sempre caracterizado por uma apresentação *dupla*: a do objeto de interesse e a dos pensamentos dos historiadores sobre esse objeto, formulados de várias maneiras”. Não somos espectadores do nosso tempo; pelo contrário, somos sujeitos falantes, participantes da produção e elaboração do saber. Logo, nossa posição de sujeito, nossos valores e pressupostos atuam na nossa forma de ver e significar o mundo.

A linguagem, como apontei ao longo do texto, é instituinte do real, (re)produz sentidos e significados. Como afirma Margareth Rago (2006, p.20) “o discurso não é reflexo de uma suposta base material das relações sociais de produção, mas produtor e instituinte de ‘reais’”. É entender – e aqui me inspiro em Haraway (1995) – que nomear e interpelar são dimensões políticas que marcam lugares em detrimentos de outros. Ainda conforme a autora, o nosso saber é local e localizável. Por isso, ela vai dizer que “o conhecimento do ponto de vista do não marcado é realmente fantástico, distorcido e, portanto, irracional” (HARAWAY, 1995, p.27). A autora argumenta que a pretensa objetividade e neutralidade do discurso não passa de um ato irracional. Dessa maneira,

defende que o posicionar-se é “a prática chave, base do conhecimento organizado [de] boa parte do discurso científico e filosófico ocidental” (HARAWAY, 1995, p.27), pois qual pessoa “pode pretender ter hoje um ponto de vista objetivo, não influenciado por seu sexo social ou sexualidade?” (WELZER-LANG, 2004, p.124).

Contudo, ao reconhecer que o nosso saber é posicionado e que “o eu cognoscente é parcial em todas as suas formas, nunca acabado, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita” (HARAWAY, 1995, p.26), não quer dizer que toda e qualquer perspectiva parcial serve. Como lembra Foucault (1996, p.37), “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Como assinala Haraway (1995, p.24), “devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção das partes”, adotando uma prática discursiva que “privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (HARAWAY, 1995, p.24). Em vista disso, é perceptível o caráter político, social, e histórico de nossos discursos, entendendo que participamos de um jogo, de uma ordem discursiva e de uma vontade de verdade que “liga os indivíduos a certos discursos e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros” (FOUCAULT, 1996, p.43).

Sobre as disputas entre sujeitos de enunciação e as múltiplas perspectivas, evoco o exemplo de Didier Eribon no prefácio do livro *Reflexões sobre a questão gay*:

não é tampouco porque eu pensaria que haveria domínios reservados e inacessíveis àqueles ou àquelas que não pertencem ao grupo que está no centro de um trabalho de pesquisa. Da mesma forma que nunca considerei que era preciso ser homossexual para estudar a homossexualidade, seja sob o aspecto histórico, sociológico ou teórico, não penso que precisa ser mulher para escrever sobre mulheres, ou lésbica para propor reflexões sobre o lesbianismo. A fecundidade do trabalho intelectual implica que todos possam intervir em todos os debates e que todos os trabalhos não sejam desqualificados de antemão por aqueles ou aquelas que acreditam ter o monopólio do campo. É uma qualidade do trabalho que importa e não o sexo ou a orientação sexual do autor (ERIBON, 2008, p.22).

São evidentes, nas palavras do autor, as disputas em torno do “lugar de fala”, concepção presente nos debates contemporâneos<sup>6</sup> sobre políticas identitárias. Percebe-se que na ordem discursiva vigente há uma preocupação ou intenção em localizar a “verdade” do discurso no próprio sujeito, instituindo como uma condição *sine qua non* de alguns enunciados a coerência entre a experiência do sujeito e o seu discurso. Assim, só mulheres fariam de mulheres e homossexuais de homossexuais. Porém, não basta ser mulher para escrever sobre mulheres ou numa perspectiva feminina, ou ser gay/lésbica para fazer o mesmo, como se um suposto “olhar de dentro” fosse menos ou mais legítimo do que um “olhar de fora” supostamente neutro e objetivo.

Um discurso que se percebe parcial e localizado é um discurso que politiza a nossa prática e exemplifica a complexa mediação entre experiência e escrita além de sinalizar a precariedade e historicidade da nossa interpretação. Como assevera Foucault, interpretar nada mais é do que

se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma

<sup>6</sup> Sobre as disputas em torno da expressão “lugar de fala” na militância majoritariamente virtual, ver: ARAÚJO (2017); QUINALHA (2017); SENKEVICS (2017); VIEIRA (2017).

nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras (FOUCAULT, 1979, p.26).

Além disso, interpretar é também um dos modos de expressar que detrás das coisas há singularidades. “Não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essências, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (FOUCAULT, 1979, p. 17-18). Nessa acepção, entendo que as discussões em torno do “lugar de fala” têm, pelo menos, dois efeitos. O primeiro seria inscrever no sujeito de enunciação a legitimidade do seu próprio discurso, o que pode interditar o debate e o diálogo entre diferentes sujeitos em torno de um projeto ou ações políticas de interesse mútuo. Tal ação forjaria uma *ilusão biográfica*, uma “criação artificial de sentido” (BOURDIEU, 2006, p.185) como se o sujeito fosse uma realidade transcendente e o seu discurso expressasse a “verdade do ser”. Por isso, autoras como Butler (2013) e Preciado (2014) propõem unidades provisórias, móveis, numa política de coalizão que não tenha a “identidade” como uma premissa.

Para Butler (2013a, p.102), “tomar a identidade como um ponto de organização política para a liberação seria sujeitar-se no momento mesmo em que se clama por se livrar da sujeição”. Entretanto, se entendermos que o autor é uma função que se exerce no discurso (FOUCAULT, 2006), logo, a posição de sujeito no discurso deve ser entendida como uma politização da identidade, como uma arma política que produz clivagens no discurso hegemônico. O segundo efeito, o qual considero profícuo, é criar condições de possibilidades para que os sujeitos sejam protagonistas de suas próprias demandas, o que em Spivak (2010, p.14) significa criar espaços contra a subalternidade, de maneira que o subalternizado “possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido”. Ou seja, o lugar do intelectual na ordem discursiva

não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (FOUCAULT, 1979, p.71).

## 5. Considerações Finais

Ao fim dessa reflexão teórico-crítica, entendo que, em um mundo organizado por uma lógica dual, ainda é preciso discutir e considerar uma posição de identidade dentro dessa ordem discursiva. Se as distinções sexuais são estruturantes das relações sociais em sociedades binárias, é preciso evidenciar o seu caráter histórico, descontínuo, de maneira a esvaziar essas categorias ao ponto de não mais dependermos delas como elemento fundante da experiência de sujeito. Contudo, ainda é preciso atuar em bases contingentes, considerando o caráter provisório das identidades. Portanto, em uma sociedade heterocentrada faz sentido trabalharmos com as categorias homem e mulher, considerando o feminino como força semiótico-pulsátil que gera fraturas no discurso hegemônico produzindo outras narrativas e apontando para o presente que é possível ser e viver de outra forma.

Um outro dado que deve ser observado e compreendido em nossas interpretações e construções narrativas é que as categorias “homem” e “mulher” são termos em aberto, passíveis e possíveis de ressignificação. Logo, se “a escrita coloca em ação aquilo que descreve” (SALIH, 2012, p.26), devemos considerar e observar o acaso, o improvável, o imponderável, o contingente em nossos discursos. Talvez se não tivéssemos descoberto

a arte da escrita, estaríamos todos desenhando nas rochas, seguindo o curso natural do tempo, do dia, da noite, das estações do ano, do cantar dos pássaros, enfim, vivendo num suposto paraíso, um jardim do Éden. Porém, se estamos no rio da História e as normas de gênero nos atravessam, nos perpassam, pois não estamos desconectados do nosso tempo e espaço, é mister reconhecer o caráter generificado do nosso discurso.

Como bem nos diz Keith Jenkins (2014, p.29), “a nossa formação social é ‘sexista em recuperação’, ‘racista em recuperação’, ‘homofóbica em recuperação’, ‘xenófoba em recuperação’: a recaída é sempre possível”. Por conseguinte, é preciso ter a consciência de que o nosso discurso é político e politizável, instituinte e partícipe da realidade; por essa razão, devemos lutar para não reforçar o que está posto. É notório que ao olharmos para um acontecimento, conscientes ou não, já atribuímos sentidos, valores, que nos são possíveis pela nossa experiência sexual de sujeito. Reconheçamos que o nosso discurso, nossa forma de ver e de interpretar, de dar sentido ao mundo também é sexuada, pois “o modo como escrevemos tem tudo a ver com nossas escolhas teóricas e políticas” (LOURO, 2007, p.237); isto é, o silenciamento e/ou exclusão e hierarquização entre os temas considerados ‘pertinentes’ ou não à produção histórica e correlatas delata o quanto o nosso saber é sexista e alicerçado numa concepção heteronormativa de saber-poder.

Cabe indagar em que medida nós, pesquisadores principalmente do campo dos estudos de gênero e sexualidade, podemos, com nossos discursos, reforçar e cristalizar o que está posto ou propor novas interpretações, que fracturem o discurso hegemônico, produzindo uma feminização da cultura e dos discursos, dilatando as normas, reconhecendo o caráter lacunar, histórico, parcial e localizável de nossa interpretação.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. M. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: Carla Bassannezi Pinsky e Tânia Regina de Luca. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 223-249.
- \_\_\_\_\_. Escrever como fogo que consome: reflexões em torno do papel da escrita nos estudos de gênero. *VII Simpósio Linguagens e identidades da/na Amazônia Sul Ocidental*. 2013. Disponível em: <[http://simposiufac.blogspot.com.br/2013/07/durval-muniz-de-albuquerque-junior\\_22.html](http://simposiufac.blogspot.com.br/2013/07/durval-muniz-de-albuquerque-junior_22.html)>. Acesso em: 28 agost. 2015.
- \_\_\_\_\_. Amores que não tem tempo: Michel Foucault e as reflexões acerca de uma estética homossexual. In: RAGO, Margareth (Org). *Dossiê Estéticas da Existência. Revista Aulas*, Unicamp, p. 41-57, 2010.
- \_\_\_\_\_. A História em Jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. *Anos 90* (UFRGS), Porto Alegre, v. 11, n.19/20, p.79-100, 2004.
- \_\_\_\_\_. *História a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ARAÚJO, Murilo. O “LUGAR DE FALA” AMEAÇA A LIBERDADE DE EXPRESSÃO? 29/06/17. Disponível em: <<http://dissenso.org/o-lugar-de-fala-ameaca-a-liberdade-de-expressao/>> Acesso em: 30 agost. 2017.
- AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer – Palavras e Ação*. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.
- BUTLER, Judith. Inversões sexuais. In: *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. PASSOS, Izabel Friche. (Org.), 2ª edição. Belo Horizonte, Autêntica, 2013a. p. 91-108.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARRILO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. *Revista Poiésis*, Niterói, nº 15, p. 47-71, julho de 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 19ª edição. Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A Ordem do discurso*, Edições Loyola, 17ª edição. São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 21ª reimpressão. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. O que é um autor? In: *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. MOTTA, Manoel Barros. (Org.). 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 264-298.
- FREITAS, Adriano Nunes de; SAUTTER, Frank Thomas. Há um problema com a teoria dos atos de fala de Austin?, *Estudos Filosóficos*, São João Del Rei- MG v. 2, p. 38-49, 2009.
- GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis, p.4-37, 2004.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n.5, p.7-41, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, nº22, p. 201-246, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Tomas Tadeu(org.). 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A História Refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*. São Paulo: Contexto, 2014.
- KRISTEVA, Julia. *La révolution du langage poétique*, Paris, Seuil, 1974.
- LEAL, Juliana Helena Gomes. Gênero e Escrita. *Revista Ártemis*, v. 5, p. 1-8, 2006.
- LOPES, Fábio Henrique. Escritas de si e artes de viver transgênero: as insubordinações de uma escrita trans? In: Anselmo Peres Alós. (Org.). *Poéticas da masculinidade em ruínas*. O amor em tempos de AIDS. Santa Maria: UFSM/PPGL, 2017. p. 127-149.
- LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever.... *Educação, Sociedade & Culturas*, v. 25, p. 235-245, 2007.
- \_\_\_\_\_. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, ano 9, p.541-553, 2º Semestre 2001.
- LUDMER, Josefina. El espejo universal y la perversión de la fórmula. In: *Escribir em los bordes. Congreso Internacional de Literatura femenina latinoamericana 1987*. Compiladoras. Carmen Berenguer et al. Santiago, Chile, Editorial Cuarto Propio, 1990.
- LYOTARD, Jean Francois. Féminité das la métalangue. In: *Rudiments patiens*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1977.
- MALERBA, Jurandir. *Ensaio: teoria, história e ciências sociais*. Londrina: Eduel, 2011.

- MATOS, Maria Izilda Santos. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu* (11), p. 67-75, 1998.
- MESSEDER, Suely Aldir. No enlace dos atos performativos masculinos a teoria feminista e a teoria queer: articulando classe, raça, gênero e sexualidades. IV ENECULT Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, Bahia, 25 a 27 de maio de 2010.
- MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos. Notas sobre o declínio do essencialismo estratégico. Artigo apresentado na Mesa Novas Perspectivas e Desafios Políticos Atuais do evento Stonewall 40 + o que no Brasil? – Salvador, 17 de setembro de 2010, p. 1-12.
- \_\_\_\_\_. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, n. 21, p.150 -182, jan./jun. 2009.
- MOSCHKOVICH, Marília Barbara F. Garcia. Como ler a obra de Gayle Rubin? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 955-972, Dec. 2012.
- PERUZZO JÚNIOR, Léo. O conceito de Lebensform (forma de vida) na filosofia de Wittgenstein. *Ítaca* (Rio de Janeiro. Online), v. 17, p.73-85, 2011.
- PINTO, Joana Plaza. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. Niterói, *Gênero*, v.3, n.1, p.101-110, 2. sem. 2002.
- \_\_\_\_\_. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. *Cadernos Pagu*, (33), p. 117-138, julho-dezembro, 2009.
- PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.2, p. 395-418, 2012.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo:N-1 edições, 2014.
- PROST, Antoine. *Doze lições Sobre a História*: Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2008.
- QUINALHA, Renan. Lugares de fala e urgência da escuta. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/lugares-de-fala-e-urgencia-da-escuta/>> Acesso em: 23 mai. 2017.
- RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu* (11), Campinas, p.89-98, 1998.
- \_\_\_\_\_. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. *São Paulo Perspec.* São Paulo, vol.15, n.3, p. 53-66, jul. 2001.
- \_\_\_\_\_. O Efeito Foucault Na Historiografia Brasileira. *TEMPO SOCIAL – Revista de Sociologia da USP*, v. 3, n.28, p. 67-82, 1995.
- \_\_\_\_\_. O feminismo acolhe Foucault. *Labrys*, estudos feministas, 2014.
- \_\_\_\_\_. Epistemologia feminista, gênero e história. In: GROSSI, Miriam Pillar.
- PEDRO, Joana M. *Masculino, feminino, plural, gênero na interdisciplinaridade*. Santa Catarina- Editora mulheres, 2006. p. 21-41.
- REIS, Cristiano Antônio; Et al. Entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior. *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá-MT, vol. 4, n. 1, p.197-214, jan/jul., 2017.
- RICHARD, Nelly. *Intervenções Críticas. Arte, Cultura, Gênero e política*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.
- RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual: entrevista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, 2003, p. 157-209.
- RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. *S.O.S Corpo*, Recife, p.1-32, março 1993.



- SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), p. 5-22, jul/dez.1990.
- \_\_\_\_\_. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu* (3), p. 11-27, 1994.
- SENKEVICS, Adriano. As armadilhas do “lugar de fala” na política contemporânea. 12/01/17. Disponível em:< <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2017/01/12/as-armadilhas-do-lugar-de-fala-na-politica-contemporanea/> >Acesso em: 30 agost. 2017.
- SILVA, Antonio de Pádua Dias da. Ainda sobre a escrita feminina: em que consiste a diferença? Interdisciplinar: *Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 11, p.1-15, 2010.
- SILVA, Natanael de Freitas. O conceito de gênero em Scott, Butler e Preciado, aproximações, distanciamentos e a contribuição para o ofício do historiador. *Revista Hominum*, Rio de Janeiro, p. 153-171, 2016.
- SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico. *Working Paper, CRIA 1*, Lisboa, 2009. Disponível em: <[http://cria.org.pt/site/images/ficheiros\\_imagens/working\\_papers/wp\\_cria\\_1\\_ser\\_mas\\_nao\\_ser\\_vale\\_de\\_almeida.pdf](http://cria.org.pt/site/images/ficheiros_imagens/working_papers/wp_cria_1_ser_mas_nao_ser_vale_de_almeida.pdf)> Acesso em: 14 jan. 2015.
- VIEIRA, Helena. “A Senhora lacra, Mulher”: O ativismo narcisista e a escuta autoritária. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2016/03/a-senhora-lacra-mulher-o-ativismo-narcisista-e-a-escuta-autoritaria/> >. Acesso em: 04 jun. 2017.
- WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisal (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004. p. 107-128.